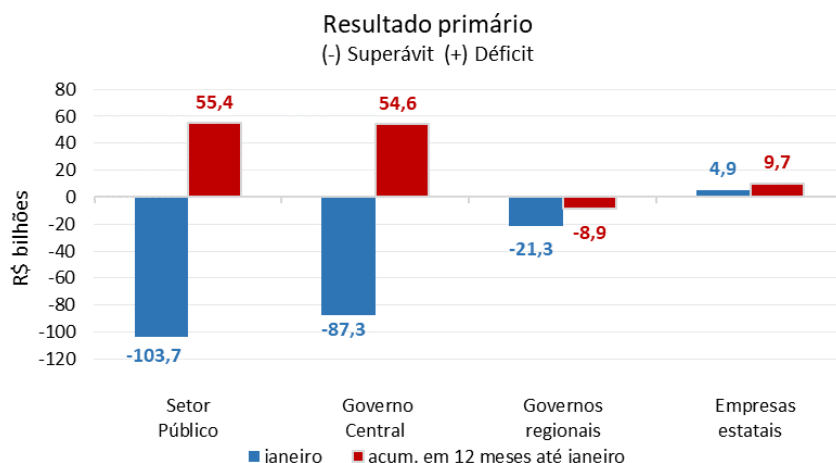


Estatísticas Fiscais

Nota para a Imprensa

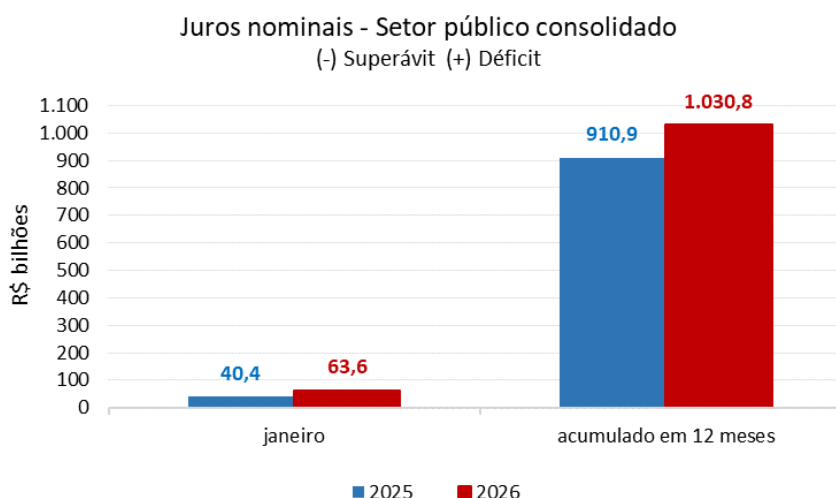
27.2.2026

1. Resultados fiscais



O resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$103,7 bilhões em janeiro de 2026, ante superávit de R\$104,1 bilhões no mesmo mês de 2025. No mês, o Governo Central e os governos regionais registraram superávits

respectivos de R\$87,3 bilhões e de R\$21,3 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$4,9 bilhões. Em doze meses, o setor público consolidado foi deficitário em R\$55,4 bilhões, 0,43% do PIB, mesmo percentual do PIB registrado nos doze meses até dezembro de 2025.



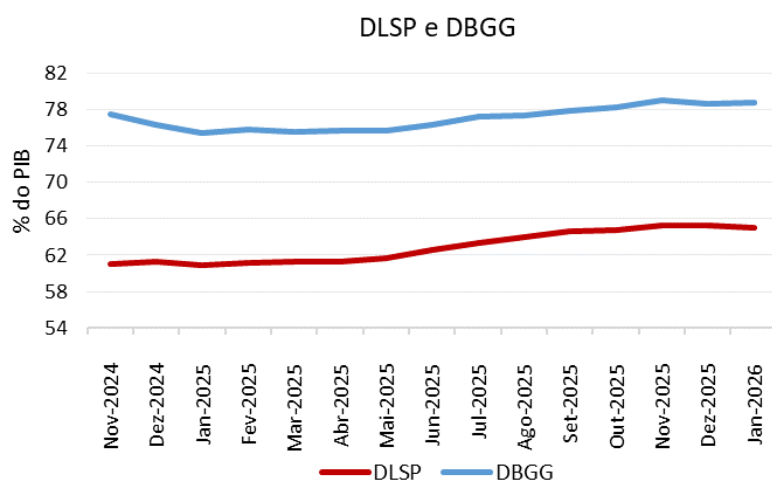
Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$63,6 bilhões em janeiro de 2026, comparativamente a R\$40,4 bilhões em janeiro de 2025. Contribuíram para a alta o crescimento da taxa Selic e do estoque do

endividamento líquido no período, que mais do que compensaram a melhora no resultado das operações de swap cambial (ganho de R\$36,0 bilhões em janeiro de 2025 e de R\$42,5 bilhões em janeiro de 2026). No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$1.030,8 bilhões (8,05% do PIB), comparativamente a R\$910,9 bilhões (7,69% do PIB) nos doze meses até janeiro de 2025.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi superavitário em R\$40,1 bilhões em janeiro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.086,2 bilhões (8,49% do PIB), ante déficit nominal de R\$1.062,6 bilhões (8,34% do PIB) em dezembro de 2025.

2. Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A DLSP atingiu 65,0% do PIB (R\$8,3 trilhões) em janeiro, reduzindo-se 0,3 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos do superávit primário (-0,8 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,2 p.p.), da valorização cambial de 4,9% (0,6 p.p.) e dos juros nominais apropriados (0,5 p.p.).



A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 78,7% do PIB (R\$10,1 trilhões) em janeiro de 2026, mesmo percentual do PIB observado no mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, dos resgates líquidos de

dívida (-0,2 p.p.), da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.) e dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.).

3. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de janeiro de 2026.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,9	-0,07	10,0	0,08
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	62,9	0,49	57,3	0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-21,9	-0,17	-21,6	-0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.